

## SUMÁRIO

Agradecimentos .....	9
Prefácio .....	11
INTRODUÇÃO .....	17
1. FILOSOFIA, PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS ..	27
1.1. Direito à igualdade material e à justiça distributiva.....	29
1.2. Princípios da proporcionalidade ou razoabilidade e a equidade	
31	
1.3. Princípio da universalidade.....	33
1.4. Precedentes sobre a previdência social no Brasil.....	35
1.4.1. Marco Teórico da Aposentadoria Especial no Brasil.....	38
1.5. A previdência e os direitos humanos violados.....	39
1.6. Princípios constitucionais e gerais do direito previdenciário	43
1.6.1. Solidariedade.....	44
1.6.2. Universalidade da cobertura e do atendimento .....	44
1.6.3. Uniformidade .....	45
1.6.4. Da seletividade e distributividade .....	45
1.6.5. Irredutibilidade do valor do benefício.....	46
1.6.6. Equidade na participação do custeio .....	46
1.6.7. Diversidade na base de financiamento.....	46
1.6.8. Caráter democrático e descentralizado da administração	48
2. DA SEGURIDADE SOCIAL.....	49
2.1. Saúde, assistência e previdência social .....	49
2.2. Regimes de Previdência Social .....	53
2.3. O suposto déficit da previdência social.....	57
2.4. O orçamento federal executado.....	57
2.4.1. Da desvinculação da receita da União Federal .....	59
2.4.2. Grandes devedores da previdência social .....	62
2.4.3. Corrupção.....	63
2.5. Contextualizações das emendas constitucionais	
previdenciárias .....	68
2.5.1. Emenda Constitucional nº 03 de 1993 .....	69
2.5.2. Emenda Constitucional nº 20 de 1998 .....	70
2.5.3. Emenda Constitucional nº 41 de 2003 .....	71
2.5.4. Emenda Constitucional nº 47 de 2005 .....	72
2.5.5. Emenda Constitucional nº 70 de 2012 .....	74

2.5.6.	Emenda Constitucional nº 70 de 2012 .....	75
3.	DA SEGURIDADE SOCIAL .....	77
3.1.	Aprovações dos acordos e sistema previdenciário.....	78
3.2.	Acordos bilaterais .....	80
3.2.1.	Acordo República Federativa do Brasil e República Federativa da Alemanha.....	81
3.2.2.	Acordo República Federativa do Brasil e Reino da Bélgica.....	82
3.2.3.	Acordo República Federativa do Brasil e República do Chile.....	82
3.2.4.	Acordo República Federativa do Brasil e Reino da Espanha.....	83
3.2.5.	Acordo República Federativa do Brasil e República Francesa.....	84
3.2.6.	Acordo República Federativa do Brasil e Grécia.....	84
3.2.7.	Acordo República Federativa do Brasil e República Italiana.....	85
3.2.8.	Acordo República Federativa do Brasil e Grão-Ducado de Luxemburgo .....	86
3.2.9.	Acordo República Federativa do Brasil e República Portuguesa.....	87
3.3.	Direito comparado União Europeia e Mercosul – idade da aposentadoria por gênero .....	88
4.	APOSENTADORIA DO SERVIDOR FEDERAL .....	97
4.1.	Regra geral antes da reforma da previdência.....	100
4.2.	Regra especial – agentes nocivos à saúde.....	102
4.3.	Ausência de lei complementar e mandado de injunção .....	104
4.4.	Súmula Vinculante nº 33 e a perda da paridade e integralidade dos proventos .....	105
4.5.	Atividade especial e preservação da saúde do servidor .....	108
4.5.1.	Da comprovação da exposição aos agentes nocivos à saúde.....	109
4.5.2.	Do uso de equipamento de proteção individual (EPI) ...	114
4.6.	Do julgamento da repercussão geral tema n.º 942 do Supremo Tribunal Federal .....	115
4.7.	Revisão das aposentadorias, pensões e abono permanência	118
5.	REFORMA DA PREVIDÊNCIA – EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103 DE 2019 .....	121

5.1.	Nova regra geral.....	122
5.1.1.	Cálculos dos proventos e critérios de reajuste .....	124
5.2.	Aposentadoria especial dos servidores expostos aos agentes nocivos à saúde – pós-reforma da previdência .....	126
5.3.	Regras de transição dos servidores públicos.....	129
5.3.1.	Cálculos dos proventos e critérios de reajuste .....	130
5.3.2.	Sistema do pedágio .....	132
5.3.3.	Regras de transição dos servidores expostos aos agentes nocivos à saúde .....	133
5.4.	Do confisco e violação da irredutibilidade remuneratória. 135	
5.4.1.	Ação direta de inconstitucionalidade e alíquotas previdenciárias .....	138
5.4.2.	Redução imediata da remuneração .....	142
5.5.	Pensões estatutárias no regime próprio de previdência social144	
5.5.1.	Natureza das pensões .....	146
5.5.2.	Formas de cálculo e reajustes das pensões.....	146
5.6.	Regulamentação da aposentadoria especial – Projeto de Lei Complementar .....	151
5.6.1.	Violação ao Princípio da Proibição do Retrocesso Social152	
5.6.2.	Recebimento do melhor benefício previdenciário .....	154
	CONCLUSÕES .....	159
	REFERÊNCIAS.....	165